

Seção de Compras e Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2014

PROCESSO LICITATORIO 50/2014

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

NÚMERO DA LICITAÇÃO 022/2014

ÁREA SOLICITANTE DEP. MUNICIPAL DE ADM. E FINANÇAS

A Prefeitura Municipal de Francisco Badaró/MG, CNPJ nº 18.01.24/0001-77, com endereço na Rua Araçuaí, S/N – Centro, através de seu Pregoeiro e equipe de apoio designados pelo Decreto nº 83/2014, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão, na sua forma Presencial, tipo menor preço por item, através do Sistema de Registro de Preços sendo regido pela da lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei 8.666/93, Lei Complementar 123/2006, Decreto Municipal nº078/2014 e, ainda, pelo estabelecido no presente Edital e seus anexos, constante do Processo Licitatório nº050/2014, Pregão Presencial nº 022/2014.

I – DO ENVIO DAS PROPOSTAS

1.1 As propostas deverão ser encaminhadas à sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Francisco Badaró/MG, situada na Rua Araçuaí, S/N - Centro - Francisco Badaró-MG - CEP. 39.644-000 onde estará recebendo os envelopes habilitação e propostas, para realização de licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, nº022/2014, critério de julgamento Por Item - Menor Preço.



Seção de Compras e Licitação

APRESENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES

DATA: 16/06/2014 HORA: às 09:00 (nove horas)

II - DO OBJETO

- 2.1 A presente licitação tem por objeto o" REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LANCHES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS DEPARTAMENTOS MUNICIPAIS", conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos e de acordo com as demandas dos eventos/reuniões a serem realizados pela administração.
- 2.2A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do termo de referência, facultando-se a o licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
- 2.3 Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte:
 - 2.3.1 Anexo I- Termo de Referência
 - 2.3.2 Anexo II Descrição do Objeto/Modelo de Proposta;
 - 2.3.3 Anexo III Minuta da Ata de Registro de Preços;
 - 2.3.4 Anexo IV Modelo de Declaração de Condição de ME ou EPP
 - 2.3.5 Anexo V Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação;
 - 2.3.6 Anexo VI Modelo de Declaração de cumprimento do dispositivo no inciso, XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal;
 - 2.3.7 Anexo VII– Modelo de Procuração Particular;
- 2.3.8 Anexo VIII Declaração de inexistência de fato impeditivo, conforme determina o Parágrafo 2º do art. 32 da Lei 8.666/93.

III – DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO



IGUALDADE. POVO FEL 2013/2016

Seção de Compras e Licitação

- 3.1 Poderão participar deste Pregão entidades empresariais cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos, inclusive quanto à documentação.
- 3.2 Cópia deste instrumento convocatório permanecerá afixada no quadro de avisos localizado no *hall* de entrada (1.º andar) do Edifício-Sede da Prefeitura Municipal de Francisco Badaró.
- 3.3 Não poderão participar desta licitação:
- 3.3.1 Entidades empresariais que se encontrarem em processo de falência declarada, em liquidação judicial ou extrajudicial;
- 3.3.2 Entidades empresariais que estiverem incursas nas penalidades previstas no art. 87, inciso III e IV da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações;
- 3.3.3 A observância das vedações acima é de inteira responsabilidade da licitante, que pelo descumprimento, sujeita-se às penalidades cabíveis.
- 3.3.4 Alegações posteriores relacionadas com o desconhecimento do objeto licitado e/ou termos deste instrumento convocatório, não serão consideradas para reclamações futuras, ou de forma a desobrigar a sua execução.

IV – DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATORIO

4.1 Qualquer cidadão poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do presente pregão, protocolizando o pedido até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, no endereço discriminado no preâmbulo deste Edital, cabendo ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.



Seção de Compras e Licitação

- 4.1.1 Caso seja acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.
- 4.2 Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital o licitante que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes no Edital <u>até o segundo</u> <u>dia útil</u> que anteceder à data de realização do Pregão. Sendo intempestiva, a comunicação do suposto vício não suspenderá o curso do certame.

V – DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

- 5.1 Para manifestar-se em seu nome durante todas as fases do procedimento licitatório do Pregão, as empresas licitantes poderão credenciar um representante, apresentando os documentos abaixo relacionados fora dos envelopes de "Proposta" e de "Documentação", obedecendo aos seguintes critérios:
- 5.2 Tratando-se de representante legal (sócio ou dirigente), este deverá identificar-se, exibindo a Cédula de Identidade, ou documento oficial com foto, juntamente com cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do respectivo original para autenticação no ato da sessão do Estatuto, Contrato Social, ou instrumento de Registro Comercial, registrado na Junta Comercial, ou, no caso de Sociedades Civis, o Ato Constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos os seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.
- 5.3 Tratando-se de procurador, este deverá identificar-se, exibindo a Cédula de Identidade ou documento oficial com foto, acompanhada de Instrumento Público de Procuração ou Instrumento Particular de Procuração (Modelo do Anexo VII, deste Edital) com firma reconhecida, com poderes específicos para tomar qualquer decisão relativa a todas as fases do Pregão..
- 5.4 A Procuração deverá ser acompanhada, da cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do respectivo original para autenticação no ato da sessão do Estatuto, Contrato Social, ou instrumento de Registro Comercial, registrado na Junta Comercial, ou, no caso de Sociedades Civis, o Ato Constitutivo

2013/2016

Seção de Compras e Licitação

registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, comprovando a capacidade do(s) outorgante(s) para constituir procurador com os poderes exigidos e cópia da cédula de identidade ou documento oficial com foto autenticada em cartório de um dos representantes legais da empresa.

- 5.5 Deverá ser apresentada a Declaração de Cumprimento de Requisitos de Habilitação (Modelo do Anexo V, deste Edital).
- 5.6 Ao credenciado não será permitido representar mais de uma empresa;
- 5.7 Cada licitante credenciará apenas um representante que será o único a intervir no procedimento licitatório e a responder em nome da representada por todos os atos e efeitos previstos neste Edital.
- 5.8 Fica assegurada aos licitantes, a qualquer tempo, mediante juntada dos documentos previstos neste item, a indicação ou substituição do seu representante junto ao processo, desde que aceito pelo pregoeiro.
- 5.9 Em se tratando de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, para que possa gozar dos benefícios previstos na Lei Complementar 123/2006, é obrigatória, no momento do credenciamento, a apresentação da declaração, Anexo IV deste edital.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP)

- 6.1 Caso não utilizada a faculdade prevista na cláusula V subitem 5.9, será considerado que o licitante optou por renunciar aos benefícios previstos;
- 6.2 Nos termos dos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/06, as MEs e EPPs deverão apresentar toda a documentação exigida no Edital, mesmo que esta apresente alguma restrição com relação à regularidade fiscal;
- 6.3 Havendo alguma restrição com relação à regularidade fiscal, será assegurado as MEs e EPPs o prazo de 02(dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao

Seção de Compras e Licitação

momento em que a licitante for declarada a vencedora da licitação, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.4 A não regularização da documentação no prazo previsto acima implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

6.5 Nas licitações será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as MEs e EPPs, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas por estas sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço e desde que o melhor preço não seja de uma ME ou EPP.

6.6 Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

 a) A ME ou EPP mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

b) Não ocorrendo à contratação de ME ou EPP, na forma da letra a. desta Cláusula, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 6.5, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs e EPPs que encontrem no intervalo estabelecido no subitem 6.5 será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor proposta



Seção de Compras e Licitação

- d) Na hipótese da não contratação nos termos previstos subitem 6.6, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora da licitação, após verificação da documentação de habilitação.
- e) O disposto neste subitem 6.6, d somente se aplicará quando melhor oferta inicial não tiver sido apresentado por ME ou EPP.
- f) A ME ou EPP mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5(cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

VII – DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

- 7.1. No dia, hora e local mencionados no preâmbulo deste Edital, cada licitante entregará ao Pregoeiro e seus auxiliares:
- a)Declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, a declaração de ser ME ou EPP e a procuração particular, conforme Anexos IV, V e VII (as referidas declarações deverão estar por fora dos envelopes).
- b) 01 (um) envelope contendo a proposta comercial (ENVELOPE Nº 1); e
- c) 01 (um) envelope contendo os documentos da habilitação (ENVELOPE Nº 2)
- 7.2. Declarado encerrado o credenciamento pelo Pregoeiro, não serão admitidos novos proponentes.

VIII – DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES



Seção de Compras e Licitação

8.1 A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 02 envelopes fechados e indevassáveis respectivamente, contendo em sua parte externa, os seguintes dizeres:

Envelope nº 1 – Proposta

Processo Licitatório nº050/2014

Pregão nº 022/2014

Proponente: Razão Social e endereço

Sala de Compras e Licitações - Francisco Badaró

Envelope nº 2 – Documentos

Processo Licitatório nº 050/2014

Pregão nº 022/2014

Proponente: Razão Social e endereço

Sala de Compras e Licitações – Francisco Badaró

- 8.2 Os documentos necessários à participação na presente licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente ou por servidor do Município, ou por meio de publicação em órgão de imprensa oficial.
- 8.3 Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração das propostas de preços.
- 8.4 O CNPJ indicado nos documentos da proposta de preço e da habilitação deverá ser o mesmo do estabelecimento da empresa que emitirá a Fatura.

IX – DA PROPOSTA DE PREÇOS (ENVELOPE 01)



Seção de Compras e Licitação

- 9.1 Os licitantes deverão apresentar suas propostas dentro de envelope fechado, respeitados os seguintes requisitos:
- a)Ser apresentada em língua portuguesa, contendo o número e a modalidade da licitação deste Edital, devendo preferencialmente, conter razão social, CNPJ, endereço da empresa licitante.
- b) Conter a assinatura do responsável legal da empresa ou representante devidamente qualificado;
- c) Ser elaborada, preferencialmente, nos moldes do **Anexo II** deste edital;
- d) Conter o prazo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias contados da datalimite prevista para entrega das propostas, conforme art. 64, § 3º da Lei nº 8.666/93;
- e) No preço proposto, que constituirá a única e completa remuneração, deverão ser computados o lucro e todos os custos, inclusive impostos diretos e indiretos, obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias, bem como quaisquer outras obrigações inerentes ao fornecimento do objeto, não sendo admitidos pleitos de acréscimos a qualquer título. A proposta só será aceita com 02(duas) casas decimais após a vírgula.

X – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE 02)

10-1 Os licitantes deverão apresentar os documentos abaixo relacionados, com o mesmo CNPJ, relativos ao estabelecimento que firmará Ata de Registro de Preços com o Município de Francisco Badaró, em original ou cópia legível autenticada por cartório competente, com vigência plena até a data fixada no preâmbulo deste instrumento:



REFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO BADARÓ

- ESTADO DE MINAS GERAIS "JUSTIÇA E IGUALDADE. POVO FELIZ" 2013/2016

Seção de Compras e Licitação

- 10.1.1 Comprovante de inscrição no CNPJ, nos termos da IN-SRF 200/2002;
- 10.1.2 Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- 10.1.3 Certidão Negativa de Débito CND, emitido pela Previdência Social INSS;
- 10.1.4 Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União:
- 10.1.5 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho;
- 10.1.6 Certidão Negativa de Débitos Estaduais
- 10.1.7 Certidão Negativa de Débitos Municipais
- 10.1.8 Ato Constitutivo da empresa, acompanhado das alterações em vigor, devidamente registradas;
- 10.1.9 Declaração para cumprimento do dispositivo no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal assinada pelo representante legal da licitante, conforme modelo constante no anexo VI.
- 10.1.10 Certidão Negativa de Falência e de Recuperação Judicial e Extrajudicial (Falência e Concordata) expedida pelo Cartório distribuidor da comarca da sede da pessoa jurídica, emitida, no máximo de 90(noventa) dias da data prevista para entrega dos envelopes, de acordo com o Inciso II do Artigo 31 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.
- 10.1.11Alvará de licença para localização e funcionamento relativo ao exercício de 2014.
- 10.1.12 Declaração de inexistência de fato impeditivo, conforme determina o Parágrafo 2º do art. 32 da Lei 8.666/93(conforme modelo constante no anexo VIII)
- 10.2 Se o Licitante for filial, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à Certidão Negativa de Débito junto ao INSS, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização.



2013/2016

Seção de Compras e Licitação

- 10.3 Serão admitidas fotocópias sem autenticação cartorial, desde que os respectivos documentos originais sejam apresentados na reunião de abertura dos envelopes de Documentação, para a devida autenticação pelo Pregoeiro ou servidor apto para praticar tal ato.
- 10.4 A ausência de documento, apresentação dos documentos incompletos ou em desacordo com o previsto neste Título **INABILITARÁ A PROPONENTE**.
- 10.5 Os documentos retirados da internet, que poderão ser apresentados em cópias não autenticadas, terão sua autenticidade certificada junto aos *sites* dos órgãos emissores para fins de habilitação.
- 10.6 Os documentos acima mencionados não poderão ser substituídos por qualquer tipo de protocolo ou apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas.

XI - DOS PROCEDIMENTOS DA LICITAÇÃO

- 11.1 Para julgamento das propostas será adotado o critério do **MENOR PREÇO POR ITEM**, desde que, observadas as especificações, prazos de entrega e outras condições estabelecidas neste instrumento convocatório.
- 11.2 No dia, horário e local estabelecidos neste Edital, o Pregoeiro fará a abertura da sessão, recebendo das empresas interessadas os documentos para credenciamento e os envelopes de Proposta de Preços e Documentação.
- 11.2.1 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subseqüente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação em contrário do Pregoeiro.
- 11.3 Terminado o credenciamento, o Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes de propostas de preços e classificará a proposta de menor preço e aquelas que tenham apresentado valores sucessivos e superiores em até 10 % (dez por cento) relativamente à proposta de menor preço.



REFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO BADARÓ
- ESTADO DE MINAS GERAIS -

"JUSTIÇA E IGUALDADE. POVO FELIZ"
2013/2016

Seção de Compras e Licitação

11.3.1 Quando não foram verificadas no mínimo três propostas escritas de preços nas

condições aqui definidas, o Pregoeiro classificará as melhores propostas

subsequentes, até no máximo de três, para que seus autores participem dos lances

verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

11.4 Em seguida será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos

licitantes, que deverão ser formulados em forma sucessiva em valores distintos e

decrescentes.

11.4.1 O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma

seqüencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de

maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

11.5 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro,

implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último

preço apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas.

11.5.1 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente

desistente às penalidades constantes neste Edital.

11.6 Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a

proposta escrita de menor preço e o valor estimado para o registro.

11.7 Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro

examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo

motivadamente a respeito.

11.8 Sendo aceitável a proposta de menor preço, o Pregoeiro abrirá o envelope

contendo a documentação de habilitação da licitante que a tiver formulado, para

confirmação das suas condições habilitatórias.

REFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO BADARÓ

- ESTADO DE MINAS GERAIS -"JUSTIÇA E IGUALDADE. POVO FELIZ" 2013/2016

Seção de Compras e Licitação

11.9 Constada o atendimento das exigências de habilitação, a proposta será declarado vencedora, sendo adjudicado à licitante o objeto do certame, que deverá

apresentar nova planilha com a recomposição dos preços apresentados na fase de

lances verbais.

11.10 Se a oferta não for aceitável ou o licitante desatender às exigências

habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subseqüentes, verificando a sua

aceitabilidade procedendo e verificando a habilitação da licitante, na ordem de

classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital,

sendo o respectivo licitante declarado vencedor e ele adjudicado o objeto do certame.

11.11 Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro proclamará

a vencedora, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que

manifestem imediata e motivadamente a intenção de interpor recurso, sob pena

de decadência do direito por parte da licitante. Constará na ata da Sessão à síntese

das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas as demais

Licitantes ficaram intimadas para, querendo, manifestar-se sobre as razões do recurso

no prazo de 03 (três) dias corridos, após o término do prazo da recorrente,

proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo, em secretaria.

11.12 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a

Autoridade Superior homologará a adjudicação para determinar o registro.

11.13 Da reunião, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as

ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pelo

Pregoeiro e licitantes presentes, ressaltando-se que poderá constar a assinatura da

equipe de apoio, sendo-lhes facultado este direito.

XII - DO REGISTRO DE PREÇOS

REFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO BADARÓ

- ESTADO DE MINAS GERAIS -

"JUSTIÇA E IGUALDADE. POVO FELIZ" 2013/2016

Seção de Compras e Licitação

12.1 A Secretaria Municipal de Administração convocará o(s) adjudicatário(s)

classificado em primeiro lugar por item para, dentro do prazo de 03 (três) dias úteis, a

contar da data de recebimento da notificação, assinar a Ata de Registro de Preços, cuja

minuta integra este Edital, sob pena de decair do direito ao registro de preços,

podendo, ainda, sujeitar-se às penalidades cabíveis.

12.2 O prazo para assinatura da Ata de Registro de preços poderá ser prorrogado uma

vez, por igual período, quando solicitado pela parte, durante o seu transcurso e desde

que ocorra motivo justificado e aceito pela Secretaria Municipal de Administração.

12.3 Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a Administração Municipal

poderá convocar os adjudicatários remanescentes, na ordem de classificação, para

assinar a Ata de Registro de Preços ao respectivo valor registrado, na seguinte

hipótese:

12.3.1 Inexecução da Ata de Registro de Preços pelo primeiro classificado por qualquer

motivo e consequente cancelamento da Ata, inclusive em caso fortuito ou de força

maior.

12.4 Os adjudicatários convocados terão o mesmo prazo estabelecido no subitem

12.1 e 12.2 para assinar a Ata de Registro de Preços com o saldo estimado para o item

e o período remanescentes da Ata anterior.

12.5 A Prestação de Serviços aqui licitada deverá ser realizada dentro do melhor

padrão de qualidade.

12.6 O Fornecedor a ser Registrado não se eximirá das penalidades

correspondentes, na hipótese de inexecução do que for avençado na Ata de Registro

de Preços.

REFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO BADARÓ

- ESTADO DE MINAS GERAIS -

- ESTADO DE MINAS GERAIS -"JUSTIÇA E IGUALDADE. POVO FELIZ" 2013/2016

Seção de Compras e Licitação

12.7 Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, a empresa registrada

fica obrigada a executar os serviços de acordo com a forma indicada pela Divisão de

Compras em cada "Ordem de fornecimento".

12.8 O Município de Francisco Badaró não está obrigado a solicitar uma quantidade

mínima dos materiais, ficando a seu exclusivo critério a definição da quantidade e do

momento da aquisição.

12.9 Constituem motivos para o cancelamento da Ata de Registro dos Preços as

situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8666/93.

12.10 É facultada à comissão ou autoridade responsável pelo recebimento dos

serviços, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a

instrução do processo, vedada inclusão posterior de documento ou informação que

deveria constar originariamente da proposta.

XIII - DOS RECURSOS

13.1 A manifestação da intenção de interpor recurso quanto às decisões do Pregoeiro

será feita no final da sessão, com registro em ata da síntese das suas razões, podendo

os interessados juntar memoriais no prazo de três dias úteis;

13.2 A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência

do direito de recurso.

13.3 Recurso e impugnação contra a decisão do Pregoeiro não terão efeito

suspensivo.

13.4 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis

de aproveitamento.



Seção de Compras e Licitação

- 13.5 O Município de Francisco Badaró não se responsabilizará por recursos e impugnações endereçados via postal ou por outras formas, entregues em locais diversos da Sala de Compras e licitação, localizada na Rua Araçuaí, S/N, Centro, Edifício sede da Prefeitura, e que, por isso, não sejam protocolizados no prazo legal.
- 13.6 O início da contagem dos prazos, bem como seu término, dar-se-á sempre em dias úteis.
- 13.7 A decisão proferida em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento, mediante publicação no Diário Oficial do Município.

XIV - DA FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO

- 14.1 A área competente para fiscalizar é o Departamento de Administração e Finanças, observados os artigos 73 a 76, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 14.2 O Município de Francisco Badaró reserva-se o direito de não receber o(s) produtos/serviço(s) em desacordo com o previsto neste ato convocatório, podendo rescindir a Ata de Registro de Preço
- 14.3 Todos os itens deverão ser entregues diretamente aos setores requisitantes, na quantidade requerida em ordem de fornecimento. O responsável pelo recebimento indicado pelos (as) Secretárias (os) deverão conferir os produtos (quantidade, qualidade, (conforme termo de referência), validade, etc.) e assinar em duas vias o comprovante de recebimento, ficando uma na entidade e devolvendo a outra ao fornecedor.
- 14.4 Concluída a entrega do objeto, o recebimento do mesmo dar-se-á, através de vistoria conjunta realizada pela adjudicatária, conforme preceitua o § 8º do art. 15 da Lei 8.666/93.



Seção de Compras e Licitação

14.5 A nota fiscal/fatura, sem qualquer rasura, deve obrigatoriamente ser entregue junto com o seu objeto.

XV - DO PAGAMENTO

15.1 O pagamento decorrente da concretização do objeto desta licitação será efetuado pela Tesouraria do Município de Francisco Badaró, por processo legal, após a comprovação do fornecimento, nas condições exigidas e apresentação dos documentos fiscais devidos, em até 30 (trinta) dias corridos após apresentação da Nota Fiscal Eletrônica.

15.2 Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

XVI – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

16.1 A Ata de Registro de Preços a ser firmada com a licitante vencedora incluirá as condições estabelecidas neste instrumento convocatório e seus anexos, necessárias à fiel execução do objeto desta licitação.

16.2 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços a ser firmada será de **01 (um)** ano.

16.3 - Incumbe à Contratante:

- 16.3.1 Conferir as especificações e receber o material objeto deste edital;
- 16.3.2 Efetuar o pagamento à licitante vencedora, conforme Nota de Empenho;
- 16.3.3 Emitir a ordem de fornecimento dos lanches, com pelo menos 24 horas de antecedência do evento.



Seção de Compras e Licitação

16.4 - Incumbe à Licitante vencedora:

16.4.1 - Fornecer os produtos por sua exclusiva conta e responsabilidade , no horário,

local e nas quantidades solicitadas, mediante apresentação da autorização escrita e

assinada pelo diretor do departamento Municipal de Administração e Finanças.

16.4.2 - Entregar os produtos acondicionados adequadamente, de forma a

permitir completa segurança e garantir as propriedades peculiares dos

alimentos.

16.4.3 - Substituir o material que estiver danificado, quando da entrega dos mesmos ou

quando for utilizado e a Prefeitura Municipal identificar defeitos de fabricação.

16.4.4 O Fornecedor a ser Registrado obriga-se a manter, durante toda a vigência da

Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas,

todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo

comunicar ao Município, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a

manutenção das exigências da Ata de Registro de Preços.

16.4.5 A tolerância do Município de Francisco Badaró com qualquer atraso ou

inadimplemento por parte da empresa a ser registrada não importará, de forma alguma,

em alteração da Ata de Registro de preços ou novação, podendo o Município exercer

seus direitos a qualquer tempo.

16.4.6 A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar a Ata de Registro de

Preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela

Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-

se às penalidades legalmente estabelecidas

XVII – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



Seção de Compras e Licitação

- 17.1 O fornecedor terá seu registro cancelado nas seguintes hipóteses:
- 17.1.2 Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- 17.1.3 Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 17.1.4 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 17.1.5 Tiver presentes razões de interesse público.
- 17.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do Departamento Municipal de Administração.
- 17.3 O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução da Ata de Registro de Preços, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

XVIII - DO REAJUSTE E DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 18.1 Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis:
- a) Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato de príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do Fornecedor Registrado e a retribuição do Município de Francisco Badaró para a justa remuneração do fornecimento, poderá ser revisada,

IGUALDADE. POVO FELIZ' 2013/2016

Seção de Compras e Licitação

objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da Ata de

Registro de Preços.

b) Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterado ou extintos, bem como a

superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação

da proposta, de comprovada repercussão nos preços registrados, implicarão a revisão

destes, para mais ou menos, conforme o caso.

18.2 Na hipótese de solicitação de revisão de preços pelo Fornecedor a ser

Registrado, este deverá demonstrar a quebra do equilíbrio econômico-financeiro da

Ata de Registro de Preços, por meio de apresentação de planilha (s) detalhada (s) de

custos nas quais constarão a situação anterior e a situação atual que eventualmente

justificarão o reajuste da Ata de Registro de Preços, bem como documentação

correlata (lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de produtos e/ou

matérias primas, etc) que comprovem que o registro dos preços tornou-se inviável nas

condições inicialmente avençadas.

18.3 Na hipótese de solicitação de revisão de preços pelo Município de Francisco

Badaró, esta deverá comprovar o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro do

Registro de Preços, sem prejuízo da Municipalidade.

18.4 Fica facultado ao Município de Francisco Badaró realizar ampla pesquisa de

mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens

anteriores, a decisão quanto à revisão de preços solicitada pelo Fornecedor

Registrado.

18.5 A eventual autorização da revisão dos preços registrados será concedida após

analise técnica e jurídica do Município de Francisco Badaró.



Seção de Compras e Licitação

- 18.6 Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, o Fornecedor Registrado não poderá suspender o fornecimento, e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.
- 18.7 O Fornecedor a ser Registrado deverá, quando autorizada a revisão dos preços, lavrar Termo Aditivo com os preços revisados e emitir Nota de Empenho complementar inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos fornecimentos realizados após o protocolo do pedido de revisão.
- 18.8 A Licitante vencedora fica obrigada aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas quantidades do material objeto da presente licitação, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor da Nota de Empenho
- 18.9 A planilha de composição de custos deverá ser apresentada juntamente com a proposta.

XIX – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 19.1 Pela inexecução parcial ou total das cláusulas e condições estipuladas neste contrato por culpa da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá aplicar-lhe as penalidades de advertência, multa, suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o CONTRATANTE e/ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, de acordo com os art. 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa.
- 19.2 Se a CONTRATADA deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar

REFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO BADARÓ

- ESTADO DE MINAS GERAIS -"JUSTIÇA E IGUALDADE. POVO FELIZ" 2013/2016

Seção de Compras e Licitação

e contratar com a Administração Pública, na forma prevista no inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93, além do encaminhamento do caso ao Ministério Público para a aplicação das sanções criminais previstas nos artigos 89 a 99 da referida Lei, salvo superveniência comprovada de motivo de força maior, desde que aceito pelo CONTRATANTE.

- 19.3 A recusa do adjudicatário em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido pela CONTRATANTE, bem como o descumprirem total ou parcialmente os contratos administrativos e as atas de registro de preço celebradas com a Prefeitura Municipal de Francisco Badaró/MG, serão aplicadas as sanções previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com observância do devido processo administrativo, respeitando-se o contraditório e a ampla defesa.
- I Advertência escrita comunicação formal de desacordo quanto à conduta do fornecedor sobre o descumprimento de contratos e outras obrigações assumidas, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;
- II Multa deverá observar os seguintes limites máximos:
- a) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado, ou sobre a etapa do cronograma físico de obra não cumprida;
- b) 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar a garantia contratual;
- c) 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento, serviço ou obra não realizada, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

III Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Francisco Badaró/MG, por prazo definido no Art. 87, Inciso III da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

"JUSTIÇA E IGUALDADE. POVO FELIZ" 2013/2016

Seção de Compras e Licitação

IV Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do fornecedor perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir com a Prefeitura Municipal de Francisco Badaró/MG pelos prejuízos resultantes de ação ou omissão do mesmo, obedecido o disposto Art. 87, Inciso IV da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

§ 1º O valor da multa aplicada nos termos do inciso II desta cláusula, será descontado dos pagamentos devidos pela Administração Pública Municipal ou cobrado judicialmente.

§ 2º As penalidades de advertência e multa serão aplicadas de ofício ou por provocação dos órgãos de controle, pela autoridade expressamente nomeada no contrato.

§ 3º As sanções previstas nos incisos I, III e IV desta cláusula artigo poderão ser aplicadas cumulativamente à prevista no inciso II, assegurado o direito de defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

19.4 A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

19.4.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas e, no caso de suspensão de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo da multa prevista no subitem 19.3,II e das demais cominações legais.



Seção de Compras e Licitação

XX – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

- 20.1 É dispensada a certificação de dotação orçamentária nos processos licitatórios para registro de preços, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº. 8.666/93, devendo ser informada no ato compra.
- 20.2 A emissão da Nota de Empenho ficará a cargo da Contabilidade, devendo constar na mesma o número do Processo Licitatório e/ou número do contrato.
- 20.3 A Divisão de Compras solicitará à Contabilidade, a emissão da nota de empenho que deverá conter a autorização do Ordenador de despesa.

XXI – DISPOSIÇÕES GERAIS

- 21.1 Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.
- 21.2 A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 21.3 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclusive o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente na Prefeitura.
- 21.4 O Prefeito Municipal poderá revogar a presente licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.
- 21.5 É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.



2013/2016 Secão de Compras e Licitação

21.6 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

21.7 As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração e a segurança da aquisição.

21.8 A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito à aquisição.

21.9 No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para o recebimento das propostas de preços e documentos de habilitação, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

21.10 Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o juízo da Comarca de MINAS NOVAS /MG.

21.11 Na hipótese de não haver expediente no dia da abertura da presente licitação, ficará esta transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário, anteriormente estabelecidos.

21.12 Quaisquer dúvidas porventura existentes sobre o disposto no presente Edital deverão ser objeto de consulta, por escrito, ao Pregoeiro na Prefeitura Municipal, no endereço: **RUA ARAÇUAI, S/N - Centro - Francisco Badaró/MG**, até 02 (dois) dias anteriores à data de abertura da licitação. Demais informações poderão ser obtidas pelo telefone 033.3738- 1123 ou pelo e-mail: setor.licitacao@franciscobadaro.mg.gov.br.

21.13 Cópias do Edital e seus anexos serão fornecidas, **gratuitamente**, nos horários de 08:00 às 17:00 horas, no endereço referido no preâmbulo deste Edital.



Seção de Compras e Licitação

21.14 Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro.

FRANCISCO BADARÓ/MG, 26 de maio de 2014.

Fábio Ramalho Siqueira Pregoeiro



Seção de Compras e Licitação

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1- DO OBJETO:

1.2 O presente Termo de Referência tem por objetivo definir os conjuntos de elementos que norteiam a licitação que visa o registro de preço para futura e eventual aquisição de lanches para atender as necessidades dos Departamentos Municipais do Município de Francisco Badaró – MG.

2- DA JUSTIFICATIVA:

A aquisição de Lanches é necessária para complementação da merenda escolar que atende as crianças e adolescentes das escolas municipais, bem como para os encontros, reuniões e demais eventos realizados pelos Departamentos Municipais.

3- DA QUANTIDADE E DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	VALOR MÉDIO UNIT. R\$
01	BISCOITO DE GOMA,PCTE DE 200G	PCT	3000	R\$2,95
02	BOLO CONFEITADO PARA FESTA	KG	120	R\$23,25
03	BOLO INGLÊS, UNID.DE 500G	UNID	1500	R\$3,83
04	ENROLADINHO COM RECHEIO DE MORTADELA RALADA,UNID C/30G	UNID	6500	R\$0,37
05	MORTADELA (FATIADA) COM SELO SIF	KG	100	R\$4,49
06	PÃO DOCE, UNID C/60G	UNID	1000	R\$0,37
07	PÃO DE QUEIJO,UNID C/70G	UNID	8000	R\$0,83
08	PÃO FRANCÊS,UNID.PESANDO 50G,VIDA ÚTIL DE 06 HORAS,EMBALAGEM APROPRIADA.	KG	200	R\$6,83
09	PASTELZINHO RECHEIO DE FRANGO,UNID C/20G.	UNID	6500	R\$0,27
10	SUCO,PCT DE 240G,CAPACIDADE PARA 2L	PCT	1000	R\$1,63

VALOR ESTIMADO: 32.061,71 (Trinta e dois mil, sessenta e um reais , setenta e um centavos)



REFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO BADARÓ

- ESTADO DE MINAS GERAIS -"JUSTIÇA E IGUALDADE. POVO FELIZ" 2013/2016

Seção de Compras e Licitação

4- DA PROPOSTA

- 4.1 A Proposta de preço deverá constar a discriminação dos produtos, as quantidades solicitadas, os valores unitários e o total, marca do produto, prazo de validade da proposta e poderá ser apresentada conforme Anexo II, isenta de emenda, rasuras, ressalvas ou entrelinhas.
- 4.2 Deverá ser entregue dentro do envelope de n.º 01.
- 4.3 Os valores propostos deverão ser cotados no modo unitário e no global dos tens, em moeda corrente nacional e já incluídos todos os custos diretos e indiretos relativos ao Objeto do Edital, inclusive com as despesas de transporte, seguros, materiais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciárias, securitárias ou outros decorrentes, ou que venham a ser desenvolvidos em razão do Edital, não cabendo ao Município de Francisco Badaró quaisquer custos adicionais.

5- DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DOS PRODUTOS

- 5.1 Os produtos serão adquiridos de forma parcelada, conforme demanda dos Departamentos Municipais, devendo ser entregues nos locais e horários a serem determinados pelo Diretor do Departamento solicitante, no âmbito do Município de Francisco Badaró, por conta do contratado. Os pedidos serão efetuados por meio de requisição própria, emitida pelo Diretor do Departamento de Finanças, com pelo menos 24 horas de antecedência do evento.
- 5.2 Os produtos deverão ser entregues acondicionados adequadamente, de forma a permitir completa segurança e garantir as propriedades peculiares dos alimentos.

6- A DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

6.1 É dispensada a certificação de dotação orçamentária nos processos licitatórios para registro de preços, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº. 8.666/93, devendo ser informada no ato compra.

REFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO BADARÓ

- ESTADO DE MINAS GERAIS -"JUSTIÇA E IGUALDADE. POVO FELIZ" 2013/2016

Seção de Compras e Licitação

6.2 A emissão da Nota de Empenho ficará a cargo da Contabilidade, devendo constar na mesma o número do Processo Licitatório e/ou número do contrato.6.3

6.3 A Divisão de Compras solicitará à Contabilidade, a emissão da nota de

empenho que deverá conter a autorização do Ordenador de despesa.

7- DO RECEBIMENTO DO MATERIAL

O Município de Francisco Badaró/MG acompanhará a qualidade dos produtos

adquiridos e as especificações em conformidade com este Termo de Referência

e Edital, devendo notificar ao contratante qualquer ocorrência de irregularidade.

A entrega deverá ser realizada perante o Diretor do Departamento solicitante

que adotará os seguintes procedimentos:

a)provisoriamente: de posse dos documentos apresentados pelo vencedor e

de uma via do contrato e da proposta respectiva, receberá os bens para

verificação de especificações, quantidade, qualidade(conforme termo de

referência), prazos, preços, embalagens e outros dados pertinentes e,

encontrando irregularidade, fixará prazos para correção pelo vencedor, ou

aprovando, receberá provisoriamente os bens, mediante recibo;

b)definitivamente: após recebimento provisório, verificação da integridade nos

exatos termos do edital e da proposta vencedora, será efetivado o recebimento

definitivo mediante expedição de termo circunstanciado e recibo aposto na Nota

Fiscal.

Caso fique constatada a irregularidade na entrega, a Contratada após

comunicação pelo Diretor do Departamento Municipal de Administração deverá

saná-la de imediato.

Em caso de irregularidade não sanada pelo vencedor, o Diretor do

Departamento de Administração reduzirá a termo os fatos ocorridos e

encaminhará à autoridade competente do Município de Francisco Badaró/MG

para aplicação de penalidades.



Seção de Compras e Licitação

Em caso de necessidade de providências por parte do vencedor, o prazo de pagamento será suspenso e considerado o fornecimento em atraso, sujeitando-a a aplicação de multa sobre o valor considerado em atraso e, conforme o caso, a outras sanções estabelecidas na Lei e neste instrumento.

O pagamento da nota fiscal fica condicionado ao cumprimento dos critérios de recebimento.

O produto, mesmo entregue e aceito, fica sujeito à substituição, desde que comprovada a pré-existência de defeitos, má fé do fornecedor ou condições inadequadas de transporte que comprometam a integridade do produto.

A empresa deverá indicar na(s) nota(s) fiscal (is), além de outras informações exigidas de acordo com a legislação própria:

- O número da Ordem de Fornecimento;
- O nome do produto;
- A marca e o modelo;
- O número do item entregue e
- A quantidade correspondente a cada item;
- O prazo de Garantia do produto.

8 – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado através da Tesouraria do Município de Francisco Badaró /MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário, no prazo de 30 (trinta) dias corridos da data de aceitação do produto, acompanhado dos documentos fiscais eletrônicos.

- § 1º Caso ocorra, a qualquer tempo, a não aceitação de qualquer produto, o prazo de pagamento será descontinuado e reiniciado após a correção pela Contratada.
- § 2º Na ocorrência de necessidade de providências complementares por parte da contratada, o decurso de prazo para pagamento será interrompido, reiniciando a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

9- DA VIGÊNCIA



Seção de Compras e Licitação

O Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços.



AO

REFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO BADARÓ - ESTADO DE MINAS GERAIS "JUSTIÇA E IGUALDADE. POVO FELIZ" 2013/2016

Seção de Compras e Licitação

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº050/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº022/2014

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA ASSINATURA SOBRE CARIMBO

Obs.: Identificar o signatário e utilizar carimbo padronizado da empresa.



Seção de Compras e Licitação

ANEXO II PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2014 PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 022/2014

QUANTITATIVO E ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	MARCA
01	BISCOITO DE GOMA,PCTE DE 200G	PCT	3000			
02	BOLO CONFEITADO PARA FESTA	KG	120			
03	BOLO INGLÊS, UNID.DE 500G	UNID	1500			
04	ENROLADINHO COM RECHEIO DE MORTADELA RALADA,UNID C/30G	UNID	6500			
05	MORTADELA (FATIADA) COM SELO SIF	KG	100			
06	PÃO DOCE, UNID C/60G	UNID	1000			
07	PÃO DE QUEIJO,UNID C/70G	UNID	8000			
08	PÃO FRANCÊS,UNID.PESANDO 50G,VIDA ÚTIL DE 06 HORAS,EMBALAGEM APROPRIADA.	KG	200			
09	PASTELZINHO RECHEIO DE FRANGO,UNID C/20G.	UNID	6500			
10	SUCO,PCT DE 240G,CAPACIDADE PARA 2L	PCT	1000			

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$							
VALOR POR EXTENSO:							
LOCAL E DATA	ASSINATURA DO REPRESE E CARIMBO DA EMPRESA	NTAN	ΓE LEGA	L			



Seção de Compras e Licitação

ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PRECOS Nº

O MUNICÍPIO DE FRANCISCO BADARÓ/MG, CNPJ nº 18.051.524/0001-77, com sede na Rua Araçuaí, S/N, Centro, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. **Antonio** Sergio Mendes. CPF n° 026.446.476-14,e а empresa CNPJ nº XXXXXXXXXXXXXXX sediada xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx a sequir denominada FORNECEDOR, neste ato representada por XXXXXXXXX, CPF nº XXXXXXXXX, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, nos termos do Decreto Municipal n°078/2014, conforme o Processo Licitatório n° 050/2014, Pregão Presencial n°022/2014 e mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

O objeto da presente é o "REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LANCHES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS DEPARTAMENTOS MUNICIPAIS", conforme descrições constante no relatório de Ata de Registro de Preço em anexo.

I - DO PRAZO:

1 O FORNECEDOR terá 05 (cinco) dias úteis para retirada da Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, **contados** da convocação quando efetiva a contratação.

II – DA VIGÊNCIA:

1 O Registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços.

III - DA FORMA DE PAGAMENTO:



Seção de Compras e Licitação

- 1 Realizada a entrega dos produtos o FORNECEDOR emitirá a fatura, sendo que o Município terá até 30 (trinta) dias após a entrega do documento fiscal eletrônico, para efetuar o pagamento do fornecimento, o que será feito pelo Diretor Municipal de Administração e Finanças do Município de Francisco Badaró /MG, por processo legal.
- O FORNECEDOR deverá encaminhar as notas Fiscais Eletrônicas à Divisão de Compras que as receberá provisoriamente, para posterior comprovação de conformidade dos produtos com sua exata especificação, da proposta apresentada, bem como da comprovação da quantidade e qualidade dos objetos, mediante recibo.
- 3 Nenhuma fatura que contrarie as especificações contidas nas propostas será liberada antes de executadas a devida correção e antes que seja apresentada a comprovação do comprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas.
- 4 Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR sem que este apresente, previamente, a certidão de Débito CND, expedida pelo INSS e o Certificado de Regularidade do FGTS, em original ou cópia autenticada.
- 5 Em hipótese alguma será feito o pagamento antecipado.

IV - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

São condições de execução da presente Ata de Registro de Preços:

- 1 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de **01 (um) ano**.
- 2 Os produtos serão adquiridos de forma parcelada, conforme demanda dos Departamentos Municipais, devendo ser entregues nos locais e horários a serem determinados pelo Diretor do Departamento solicitante, no âmbito do Município de Francisco Badaró, por conta do contratado. Os pedidos serão efetuados por meio de requisição própria, emitida pelo Diretor do Departamento de Finanças, com pelo menos 24 horas de antecedência do evento.

Seção de Compras e Licitação

- 3 Os produtos deverão ser entregues acondicionados adequadamente, de forma a permitir completa segurança e garantir as propriedades peculiares dos alimentos.
- 4 Todos os itens deverão ser entregues diretamente aos setores requisitantes, na quantidade requerida em ordem de fornecimento. O responsável pelo recebimento indicado pelos (as) Secretárias (os) deverão conferir os produtos (quantidade, qualidade, (conforme termo de referência), validade, etc.) e assinar em duas vias o comprovante de recebimento, ficando uma na entidade e devolvendo a outra ao fornecedor.
- 5 A Ata de Registro de Preços não poderá ser objeto de cessão, transferência ou subcontratação, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão.
- O Fornecedor Registrado obriga-se a manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar ao Município, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção das exigências da Ata de Registro de Preços.
- 7 A tolerância do Município de Francisco Badaró com qualquer atraso ou inadimplemento por parte do fornecedor registrado não importará, de forma alguma, em alteração da Ata de Registro de preços ou novação, podendo o Município exercer seus direitos a qualquer tempo.
- 8 O fornecedor registrado é obrigado a substituir, de imediato, às suas expensas, o objeto do contrato em que se verificar(em) vícios, defeitos, incorreções e outros.

V - DO REAJUSTE E DA REVISÃO DOS PRECOS REGISTRADOS

- 1 Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis:
- 1.1 Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do

Seção de Compras e Licitação

ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato de príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do Fornecedor Registrado e a retribuição do Município de Francisco Badaró para a justa remuneração do fornecimento, poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da Ata de Registro de Preços.

- 1.2 Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterado ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços registrados, implicarão a revisão destes, para mais ou menos, conforme o caso.
- 1.3 Na hipótese de solicitação de revisão de preços pelo Fornecedor Registrado, este deverá demonstrar a quebra do equilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preços, por meio de apresentação de planilha (s) detalhada (s) de custos nas quais constarão a situação anterior e a situação atual que eventualmente justificarão o reajuste da Ata de Registro de Preços, bem como documentação correlata (lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de produtos e/ou matérias primas, etc) que comprovem que o registro dos preços tornou-se inviável nas condições inicialmente avençadas.
- 1.4 Na hipótese de solicitação de revisão de preços pelo Município de Francisco Badaró, esta deverá comprovar o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro do Registro de Preços, sem prejuízo da Municipalidade.
- 1.5 Fica facultado ao Município de Francisco Badaró realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores, a decisão quanto à revisão de preços solicitada pelo Fornecedor Registrado.
- 1.6 A eventual autorização da revisão dos preços registrados será concedida após analise técnica e jurídica do Município de Francisco Badaró, porém contemplará as entregas realizadas a partir da data do protocolo do pedido no Protocolo Geral do Município.



2013/2016

Seção de Compras e Licitação

- 1.6.1 Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, O Fornecedor Registrado não poderá suspender o fornecimento, e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.
- 1.6.2 O Fornecedor Registrado deverá, quando autorizada a revisão dos preços, lavrar Termo Aditivo com os preços revisados e emitir Nota de Empenho complementar inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos fornecimentos realizados após o protocolo do pedido de revisão.
- 1.6.3 A planilha de composição de custos deverá ser apresentada juntamente com a proposta.

VI - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

São obrigações das partes:

I - DO ÓRGÃO GERENCIADOR:

- a) Intervir no fornecimento dos produtos, nos casos e condições previstos em lei;
- b)Registrar as ocorrências de inexecução do Ata de Registro de Preços por culpa do Fornecedor Registrado para fins de cancelamento da Ata de Registro de Preços.
- c) Emitir a ordem de fornecimento dos lanches, com pelo menos 24 horas de antecedência do evento.

II - DO FORNECEDOR REGISTRADO:

- 1 Fornecer os produtos por sua exclusiva conta e responsabilidade, no horário, local e nas quantidades solicitadas, mediante apresentação da autorização escrita e assinada pelo diretor do departamento Municipal de Administração e Finanças.
- 2 Entregar os produtos acondicionados adequadamente, de forma a permitir completa segurança e garantir as propriedades peculiares dos alimentos.

Seção de Compras e Licitação

- 3- Substituir o material que estiver danificado, quando da entrega dos mesmos ou quando for utilizado e a Prefeitura Municipal identificar defeitos de fabricação.
- 4 Entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas no Edital e em consonância com a proposta respectiva, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula estabelecida na Ata de registro de Preço;
- .5 Substituir, sem ônus para o Município, os produtos devolvidos em razão de divergências entre o material entregue e as especificações contidas neste Edital, sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis;
- .6 Cumprir durante toda a execução do contrato as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como apresentar, a cada fatura, comprovação de regularidade perante a Seguridade Social (FGTS e INSS);
- .7 Apresentar, durante todo o prazo de vigência do contrato, à medida que forem vencendo os prazos de validade da documentação apresentada, novos documentos;
- 8 Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo Município de Francisco Badaró/MG, referentes à forma de fornecimento dos produtos e ao cumprimento das demais obrigações assumidas neste instrumento;
- .10 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas exigências se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao mesmo, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do fornecimento e da garantia;
- .11 Comunicar imediatamente a CONTRATANTE qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras necessárias para recebimento de correspondência;
- .12 Aceitar os acréscimos e supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) nos quantitativos registrados, sempre nas mesmas condições estipuladas neste contrato;



Seção de Compras e Licitação

13 - Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Município ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas neste presente contrato.

VII – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 1 É dispensada a certificação de dotação orçamentária nos processos licitatórios para registro de preços, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº. 8.666/93, devendo ser informada no ato compra.
- 2 A emissão da Nota de Empenho ficará a cargo da Contabilidade, devendo constar na mesma o número do Processo Licitatório e/ou número do contrato.
- 3 A Divisão de Compras solicitará à Contabilidade, a emissão da nota de empenho que deverá conter a autorização do Ordenador de despesa.

VIII – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 1 Pela inexecução parcial ou total das cláusulas e condições estipuladas neste contrato por culpa da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá aplicar-lhe as penalidades de advertência, multa, suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o CONTRATANTE e/ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, de acordo com os art. 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa.
- 2 Se a CONTRATADA deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, na forma prevista no inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93, além do encaminhamento do caso ao Ministério Público para a aplicação das sanções criminais previstas nos

Seção de Compras e Licitação

artigos 89 a 99 da referida Lei, salvo superveniência comprovada de motivo de força maior, desde que aceito pelo CONTRATANTE.

- 3 A recusa do adjudicatário em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido pela CONTRATANTE, bem como o descumprirem total ou parcialmente os contratos administrativos e as atas de registro de preço celebradas com a Prefeitura Municipal de Francisco Badaró/MG, serão aplicadas as sanções previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com observância do devido processo administrativo, respeitando-se o contraditório e a ampla defesa.
- I Advertência escrita- comunicação formal de desacordo quanto à conduta do fornecedor sobre o descumprimento de contratos e outras obrigações assumidas, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;
- II Multa deverá observar os seguintes limites máximos:
- a) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado, ou sobre a etapa do cronograma físico de obra não cumprida;
- b) 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar a garantia contratual;
- c) 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento, serviço ou obra não realizada, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;
- III Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Francisco Badaró/MG, por prazo definido no Art. 87, Inciso III da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- IV Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do fornecedor perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que

Seção de Compras e Licitação

o contratado ressarcir com a Prefeitura Municipal de Francisco Badaró/MG pelos prejuízos resultantes de ação ou omissão do mesmo, obedecido o disposto Art. 87, Inciso IV da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

- § 1º O valor da multa aplicada nos termos do inciso II deste cláusula, será descontado dos pagamentos devidos pela Administração Pública Municipal ou cobrado judicialmente.
- § 2º As penalidades de advertência e multa serão aplicadas de ofício ou por provocação dos órgãos de controle, pela autoridade expressamente nomeada no contrato.
- § 3º As sanções previstas nos incisos I, III e IV desta cláusula artigo poderão ser aplicadas cumulativamente à prevista no inciso II, assegurado o direito de defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

IX - DAS RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO:

- 1 Efetuar o pagamento no prazo estabelecido no edital;
- 2 Informar ao FORNECEDOR o nome do funcionário responsável pela assinatura das autorizações de fornecimento, pela conferencia e analise do material.

X - DO FORO:

1 Para dirimir quaisquer questões porventura decorrentes desta ata, elegem as partes, o foro da Comarca de Minas Novas/MG, renunciando desde já a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, segue assinada pelas partes em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Município de Francisco Badaró	o, de	_ de 2014.
ÓF	RGÃO GERENO	HADOR



Seção de Compras e Licitação

TESTEMUNHAS:	FORNECEDOR REGISTRADO
	2

Seção de Compras e Licitação

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE ME OU EPP

PROCESSO LICITATORIO Nº 050/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2014

A empresa	inscrita no CNP I
	por intermédio de seu representante legal
	, portador do Documento de
Identidade nº, insc	rito no CPF sob o nº
DECLARA, sob as penas da Lei, que cu	mpre os requisitos legais para qualificação
como	(incluir a condição da empresa: Micro
Empresa (ME) ou Empresa de Pequeno Pe	orte (EPP)), art. 3° da Lei Complementar n.°
123/2006 e que não está sujeita a quaisq	uer dos impedimentos do § 4º deste artigo,
estando apta a usufruir do tratamento fav	vorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da
citada lei.	
Declaramos possuir restrição fisca	l no(s) documento(s) de habilitação e
pretendemos utilizar o prazo previsto no a	t. 43, § 1° da Lei Complementar n°. 123/06,
para regularização, estando ciente que, d	o contrário, decairá o direito à contratação,
estando sujeita às sanções previstas no art	. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.
(Observação 1: em caso afirmativo, assi	nalar a ressalva acima)
(Observação 2: Esta declaração deve se	er entregue ao pregoeiro, no momento do
credenciamento, fora dos envelopes "pr	oposta" e "habilitação")
Assinatura do Represe	ntante Legal da Licitante
nome:	G
Nº Cédula de Identidade:	
	



Seção de Compras e Licitação

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

PROCESSO LICITATORIO Nº 050/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2014

	,CNPJ,
	, por intermédio
de seu represe	entante legal, infra-assinado, e para os fins do Pregão nº 022/2014 ,
DECLARA expr	essamente que :
neste Edital.	nente os requisitos de habilitação com todos os termos estabelecidos,
	,dcdc 2014.
	Assinatura do Representante Legal da Licitante
Nome:	
Nº Cédula de lo	lentidade:



Seção de Compras e Licitação

OBSERVAÇÃO:

ESSA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER ENTREGUE AO PREGOEIRO, PELO INTERESSADO OU SEU REPRESENTANTE, NA ABERTURA DA SESSÃO, FORA DOS ENVELOPES PROPOSTA E HABILITAÇÃO.



Seção de Compras e Licitação

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

PROCESSO LICITATORIO Nº 050/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2014

A empresa, inscrito no CNPJ nº, por
intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a) da
Carteira de Identidade nº e do CPF nº, DECLARA,
para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993,
acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de
dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de
dezesseis anos.
Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().
(data)
(representante legal)
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



Seção de Compras e Licitação

ANEXO VII – MODELO DE PROCURAÇÃO PARTICULAR

PROCESSO LICITATORIO Nº 050/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2014

Mediante o presente, credenciamos o(a) Sr.(a), portador (a) da
Cédula de Identidade nº e CPF nº, a participar da licitação
nstaurada pela Prefeitura Municipal de Francisco Badaró/MG, na modalidade Pregão,
na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe plenos poderes para
oronunciar-se em nome da empresa, CNPJ nº, bem como formular
propostas, dar lances verbais e praticar todos os demais atos inerentes ao certame,
nclusive assinar contratos.
de de de 2014.
Assinatura do Dirigente da Empresa
(reconhecer firma como pessoa jurídica)



Seção de Compras e Licitação

ANEXO VIII- DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

PROCESSO LICITATORIO Nº 050/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2014

(nome da empresa)CNPJ nº (endereço completo)
declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivo
para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedad
de declarar ocorrências posteriores.
(local e data)
Assinatura
(RG do declarante)